



OS IMPACTOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PNE PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL

Adalmir Jacobi Schaeffer

Mestrando no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Erechim

Clauci Corradi Zanescio

Mestranda no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Erechim

Chaiane Maria Brum

Mestranda no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Erechim

Isaura Welker

Mestranda no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Erechim

Sabrina Trevisan Schuster

Mestranda no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Erechim

1. Introdução

Este estudo propõe uma análise das políticas públicas educacionais de formação de professores no Brasil ao longo da última década, abordando a relação entre as diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e os programas e ações implementados, avaliando seus impactos e desafios. Ao abordar os avanços conquistados e os desafios impostos, busca-se evidenciar como a política pública de implementação do PNE refletiu na formação de professores. E, para tal, refletir sobre as tensões que perpassam a construção desta política pública educacional e seus impactos na prática docente.

Com base em uma revisão de literatura e por meio de uma perspectiva materialista histórico-dialética, discute-se a necessidade de políticas de formação docente que valorizem a integração entre teoria e prática, respeitem a diversidade do contexto brasileiro e promovam uma educação democrática e humanizadora. Nesse sentido, a formação de professores no Brasil, na última década, tem apresentado avanços e retrocessos, refletindo as tensões entre o compromisso com uma educação de qualidade e os desafios impostos por contextos políticos e econômicos disruptivos.



Políticas públicas como o PNE, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), o Programa Residência Pedagógica (PRP) e o Fundeb, trouxeram contribuições significativas para democratizar o acesso à formação inicial e continuada, fortalecer a articulação entre teoria e prática e promover melhores condições de trabalho para os educadores.

Contudo, reformas como a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) impactaram profundamente o currículo, provocando discussões sobre autonomia pedagógica e o papel do professor na construção de uma educação democrática e humanizadora, uma vez que, priorizou competências instrumentais e padronizações curriculares em detrimento da diversidade. A análise proposta contempla ainda os retrocessos como os cortes orçamentários, a descontinuidade de políticas e a influência de agendas neoliberais e de que forma fragilizaram a estrutura vigente das políticas públicas de formação docente.

2. Metodologia

O estudo adotou uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, com ênfase na pesquisa bibliográfica e documental.

3. Resultados e discussão

Embora planejado e elaborado na década anterior, no governo Dilma e protagonizado, em grande parte, pela Sociedade Civil Organizada, por meio das Conferências, o PNE (2014-2024) teve nesta década, o período destinado para desenvolver as políticas públicas necessárias para efetivar as 20 metas e 244 estratégias estabelecidas.

A formação de professores está contemplada no PNE em duas metas, assim a Meta 15, visa a garantia, em regime de colaboração, a constituição da política nacional de formação dos profissionais da educação, no prazo de um ano. Desta forma, assegura-se, de acordo com o texto da meta, que os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. (Brasil, 2014). Enquanto, a Meta 16, prevê a formação de cinquenta por cento dos professores da educação básica em nível de pós-graduação, até o último ano de vigência deste PNE (Brasil, 2014).



Para a execução dessas Metas, foi instituído o documento de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em nível superior dos professores da educação básica (DCNFICPM/2015) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada em nível superior para funcionários da educação básica (CNE/CES/2016). Portanto, de acordo com Araújo, Brzezinski e Sá (2020), instituir as diretrizes possibilitou diversos debates entre segmentos da sociedade civil e política que resultaram no reconhecimento de que a formação inicial e continuada, plano de carreira, salário e condições dignas de trabalho são garantias da valorização do profissional do magistério.

Outro ponto essencial foi a definição dos princípios norteadores para a formação inicial e continuada que contemplem a formação teórica e interdisciplinar, unidade entre teoria e prática, trabalho coletivo e interdisciplinar, compromisso social e valorização do profissional da educação, gestão democrática, avaliação e regulação dos cursos de formação, pelo poder público (Araújo; Brzezinski; Sá, 2020).

Com vistas ao cumprimento destas Metas, outros programas e ações, já apresentados neste ensaio, efetivados nos governos democrático-populares Lula/Dilma, foram importantes, como por exemplo: Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Parfor, Pibid, ProLind, ProCampo, Prodocência e o FIES, uma vez que possibilitaram acesso e permanência de um maior número de profissionais ao ensino superior. (Dourado, 2017, *apud* Araújo; Brzezinski; Sá, 2020).

Com a ruptura do governo Dilma, a partir de 2016 com o Governo Temer, houve o recuo com relação aos investimentos na formação inicial e continuada, em função do ajuste fiscal promovido. Além disso, a constituição da BNCC, que tinha como premissa o cumprimento do PNE, encontrou no seio do governo neoliberal a adoção de eixos que viabilizaram “a padronização curricular, a submissão aos padrões da OCDE, a orientação de segmentos do setor privado” (Aguiar; Dourado, 2019).

A aprovação da BNCC teve uma relação direta e imediata na formação dos profissionais da educação. “Nesse contexto, a formação dos professores sobressai, por ser um elemento estratégico para materializar a pretendida reforma da educação básica, atendendo aos reclamos do mercado, que pugna pela formação do sujeito produtivo e disciplinado” (Aguiar; Dourado, 2019).

Considerando as rupturas ocorridas na última década, o avanço das políticas



neoliberais, a influência das organizações privadas nas definições das políticas públicas educacionais, a constituição do regime fiscal de congelamento dos gastos públicos primários, pode-se afirmar que “há uma agenda global que vai se estruturando localmente, a partir de grupos hegemônicos, nem sempre coesos, [...] mas que têm obtido sucesso em impor sua agenda que assume formas múltiplas de atender os ditames do mercado e dos interesses conservadores” (Hypólito, 2019, p. 195).

E, ao olhar para os resultados do Monitoramento do PNE, existe um abismo entre a projeção das metas e o panorama atual. Sobre a Meta 15, cuja previsão era de que todos os professores de educação básica tivessem formação em nível superior no período de um ano, observa-se que passado uma década, foi garantido, em todas as etapas da educação básica um indicador muito abaixo do esperado:

O percentual de docências ministradas por professores com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam aumentou no período, chegando em 2023 a 63,3% para educação infantil, 74,9% para os anos iniciais do ensino fundamental, 60,4% para os anos finais do ensino fundamental e 68,2% para o ensino médio (Brasil, 2023, p. 352).

Na mesma lógica se encontram os indicadores da Meta 16, que objetivava que 50% dos profissionais da educação concluíssem a pós-graduação lato ou stricto sensu, porém alcança ao final do período projetado para o PNE, o percentual de 48,1% (Brasil, 2023). Dessa maneira, a fragilidade e precariedade no cumprimento do PNE, em especial das Metas relativas à formação dos profissionais da educação, está no centro de uma disputa de poder. Assim, é fundamental assegurar educação de qualidade a todos, com formação docente articulada à valorização profissional (Araújo; Brzezinski; Sá, 2020).

4. Considerações finais

A análise das políticas públicas educacionais de formação de professores no Brasil, ao longo da última década, revela uma dialética complexa entre impactos e desafios. A implementação do PNE, articulado a Programas como PIBID, PRP e política do Fundeb, representaram esforços significativos na democratização do acesso à formação docente e no fortalecimento da articulação entre teoria e prática. Contudo, a efetividade dessas políticas foi tensionada por reformas curriculares, como a BNCC, que, ao priorizar competências instrumentais e padronizações, geraram debates sobre a autonomia pedagógica e o papel do professor na construção de uma educação



democrática e humanizadora.

Os dados de monitoramento do PNE também evidenciam uma discrepância entre as metas projetadas e os indicadores alcançados acerca da formação de professores. Entre os principais desafios, estão os cortes orçamentários, a descontinuidade de políticas públicas e a influência crescente de agendas neoliberais e conservadoras. A formação de professores no Brasil, portanto, se mantém em um campo de disputa de poder e resistência.

Perpassar os desafios identificados exige não apenas a retomada e o aprimoramento das políticas públicas orientadas para a valorização profissional e formação docente. Nesse sentido, para superar tais desafios e contradições é fundamental políticas públicas de formação inicial e continuada de professores que integre teoria e prática, trabalho coletivo e interdisciplinar, gestão democrática, avaliação e regulação dos cursos de formação, pelo poder público de modo a valorizar o professor como sujeito histórico, capaz de transformar a realidade social.

Referências

AGUIAR, Márcia Ângela da Silva; DOURADO, Luiz Fernando. BNCC e formação de professores: concepções, tensões, atores e estratégias. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 33-37, jan./mai. 2019. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 18 nov. 2024.

ARAÚJO, Denise Silva; BRZEZINSKI, Iria.; SÁ, Helvécio Goulart. Malta de. Políticas públicas para formação de professores: entre conquistas, retrocessos e resistências. **Revista de Educação Pública**, v. 29, p. 1-26, jan./dez. 2020

BRASIL. Congresso Nacional. Lei N.º 13.005/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> Acesso em: 18 nov. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 5º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2024**. – Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quinto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf Acesso em: 18 nov. 2024.

HYPÓLITO, Álvaro Moreira. BNCC, agenda global e formação docente. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 187-201, jan./mai. 2019. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 18 nov. 2024.